

CONCEITOS, DOMÍNIOS DO SABER E FRONTEIRAS EPISTEMOLÓGICAS

Marivalde Moacir Francelin

Resumo:

A busca do rigor no uso de termos e conceitos no discurso científico implica discussões sobre legitimidade e limites de domínio. Um dos problemas é que, em determinados momentos na dinâmica da ciência, os conceitos transgridem naturalmente fronteiras previamente definidas. O processo de transgressão de fronteiras epistemológicas não é isento de críticas. Pretende-se, nesse sentido, apresentar o contexto de acontecimento dos debates sobre a legitimidade no uso de conceitos além de seus campos de fixação. Entende-se que a imposição de barreiras e, ao mesmo tempo, a falta de rigor na apropriação de conceitos, isola e fragiliza o discurso científico.

Palavras-chave:

Conceitos; Ciência; Domínios do saber; Fronteiras epistemológicas; Ciência da informação

CONCEPTS, DOMAINS OF KNOWLEDGE AND EPISTEMOLOGICAL BOUNDARIES

Abstract:

The search for accuracy in the use of terms and concepts in the scientific discourse involves discussions about legitimacy and domain boundaries. One problem is that, at certain times in the dynamics of science, the concepts transgress the boundaries previously defined. The process of epistemological boundaries transgression is not exempt of criticism. It is intended, in this sense, to present the context of the discussions on the legitimacy of the use of concepts beyond their fields of fixation. It is understood that the imposition of barriers and at the same time, lack of rigor in the appropriation of concepts, isolates and weakens the scientific discourse.

Keywords:

Concepts; Science; Domains of knowledge; Epistemological boundaries; Information science

Introdução

Algumas questões aqui tratadas refletem o tema denominado *As duas culturas*, abordado por Charles Percy Snow no final da década de 1960. Snow (1995) baseou, num primeiro momento, sua discussão em dois planos: o dos literatos ou intelectuais e o dos cientistas. Hoje, apesar disto ser controverso, não se pode estabelecer divisões entre cientistas e não cientistas através do zoneamento de suas áreas de atuação e muito menos afirmar que *culturas* científicas, se elas realmente existirem, não são influenciadas por fenômenos externos.

Para Berlin (2006, p.151) nem mesmo se trata de um suposto “divórcio” entre culturas, pois, já existiram muitas culturas na história da humanidade e não parece que elas tiveram muita interferência nas principais diferenças entre as ciências naturais e as ciências humanas, ou seja, a questão estaria relacionada ao campo da *tradição* nas posturas científicas das áreas de conhecimento.

Durante algum tempo a questão das “duas culturas” permaneceu fora de discussão, não que as diferenças terminaram entre os “cientistas”, mas por que, talvez, ninguém as apontava por causa de uma nova dinâmica inter e transdisciplinar adotada pelas ciências nas últimas décadas. A hipotética harmonia durou até um episódio recente, chamado “guerras da ciência” (*science wars*). Segundo Boaventura de Sousa Santos a “guerras da ciência”

[...] incidiu preferencialmente sobre a natureza e validade do conhecimento que produz e legitima as transformações do mundo através da ciência. Foi um debate essencialmente entre cientistas, ainda que o estatuto de cientista tenha sido, ele próprio, parte do debate, e de tal modo que se, para alguns dos participantes, o debate era entre cientistas, para outros tratava-se de um debate entre cientistas e intelectuais estranhos ao mundo da ciência. Foi, acima de tudo, um debate entre cientistas em geral e cientistas cujo objecto de investigação é a própria ciência enquanto fenómeno social. (SANTOS, 2004, p.19).

Assim, é importante rever criticamente alguns pontos deste debate, principalmente os relacionados às Ciências Sociais e Humanas. Sendo a Ciência da Informação constituída através de relações disciplinares, entende-se que seja vantajoso trazer elementos difusos da história recente da própria ciência. A legitimidade de uma ciência deve ser entendida como um estado de coisas que não segmenta a Filosofia, a Arte, o Senso Comum e a Ciência *por excelência* como se constituíssem e se desenvolvessem em ambientes tão estranhos à verdade que apenas a última seria depositária de tal qualidade.

De certa maneira, a separação ocorrida entre fazer científico e pensamento filosófico acaba por não ser definitiva e nem total na medida em que os apelos teóricos dos campos de investigação retomam, de tempos em tempos, alguns discursos e conceitos tradicionalmente filosóficos e, como este não é um processo de sentido único, o inverso também pode ser verificado.

Procura-se, portanto, discutir esta possível inversão, ou seja, o uso de um discurso ou, propriamente, de uma base conceitual inerente às ciências *por excelência*, conhecidas como Naturais, pelas *outras* ciências, condicionadas pelo título de Humanas. Nesse sentido, o problema que se destaca não parece estar relacionado às ciências e suas supostas culturas especificamente, mas aos termos e aos conceitos utilizados em *outros* campos de domínio do saber.

Inversão dos discursos nas ciências

Parece que, em alguns momentos, as ciências, ou melhor, os cientistas, debatem o posicionamento entre as disciplinas, em especial, os discursos sobre seus conceitos. Pode-se dizer que, desde *As duas culturas* de Snow (1995) muitos debates foram realizados sobre a originalidade e a apropriação de conceitos por outros campos de domínio. Snow (1995, p.26) dizia à época que “[...] os humanistas não conhecem conceitos básicos da ciência e os cientistas não tomam conhecimento das dimensões psicológicas, sociais e éticas dos problemas científicos”. A discussão desse tema, no entanto, só seria retomada com força no final da década de 1990, quando foi promovido um evento específico, conhecido como “guerras da ciência” (*science wars*). (SANTOS, 2004, p.19).

O evento em questão teve uma causa despropositada, mas com grande repercussão:

“Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica” (*Transgressing the boundaries: toward a transformative hermeneutics of quantum gravity*) foi o título do artigo (que figurou em destaque na *science wars*) publicado, em 1996, pelo físico Alan Sokal na revista (americana) *Social Text*.

O artigo de Sokal é uma construção em torno de um argumento favorável ao “pós-modernismo” a partir de um amplo conjunto de citações de passagens célebres das obras de intelectuais e cientistas contemporâneos para fundamentar um discurso que, segundo o autor, não faz sentido.

Na realidade, tudo não passaria de uma “paródia” ou um “embuste” de Sokal se o caso não fosse parar na mídia, estimulando posterior publicação, em parceria com o também físico Jean Bricmont, do livro “Imposturas intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos”.

Ao contrário do artigo, o livro de Sokal e Bricmont não é uma paródia, mas uma crítica aquilo que denominam “pós-modernismo”, mais especificamente aos abusos que filósofos fazem reiteradamente de “[...] conceitos e terminologias provenientes da matemática e da física.” (SOKAL; BRICMONT, 2001, p.18). Sokal e Bricmont denunciam passagens aparentemente confusas em textos “pós-modernistas” quando estes se aventuram no uso de conceitos e terminologias tomados de empréstimo da física e da matemática. No centro das atenções dos autores estão alguns dos principais intelectuais contemporâneos: Jacques Lacan, Julia Kriteva, Luce Irigaray, Bruno Latour, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Paul Feyerabend, Thomas Kuhn, Jean-François Lyotard e Paul Virilio.

A questão de usos “discutíveis” de termos e conceitos de outras áreas de domínio por filósofos e sociólogos, segundo Lévy-Leblond (2009), já é conhecida e, na realidade, faz parte da história da ciência contemporânea.

Num discurso inverso daquele apresentado por Sokal e Bricmont (2001), Lévy-Leblond esclarece que na própria física, que na maioria das vezes é usada como modelo de rigor conceitual e campo de domínio delimitado, os conceitos, as terminologias e a própria

linguagem não se apresentam de maneira tão adequada assim. Usando como exemplos famosas teorias e conceitos, como a teoria quântica, o princípio da incerteza, a relatividade, o *big-bang*, os buracos negros, a teoria das catástrofes, a entropia, a eletrônica, Lévy-Leblond (2009, p.190) afirma que o “[...] uso metafórico às vezes duvidoso das noções da física em outros campos é muitas vezes apenas o eco secundário da glossolalia incontrolada dessa própria ciência. Portanto, S&B [Sokal e Bricmont] enganam-se totalmente sobre as origens dos equívocos que querem denunciar.” De acordo com o autor, atitudes como as de Sokal e Bricmont apenas lhes trazem descrédito na comunidade científica, demonstrando toda ingenuidade enrustida em atitudes anti-filosóficas e pela falta de auto-crítica.

Determinar fronteiras conceituais rígidas e acusar sua transgressão são processos cíclicos que não serão extintos do núcleo das ciências. Porém, como demonstram Granger (1994), Santos (2004) e Morin (2005), isto não quer dizer que tais processos não possam ser flexibilizados diante de novos conceitos e novas formas de saber.

Fronteiras conceituais e epistemológicas

Numa discussão sobre as diferenças e as complementaridades entre as ciências da natureza e as ciências do homem, Granger (1994, p.85) levanta a questão sobre a legitimidade de se atribuir o nome *ciência* aos saberes advindos dos fatos humanos. Para ele, as principais dificuldades no paralelo entre as ciências formais (física e matemática, por exemplo) e as ciências humanas estão na “[...] natureza dos fenômenos de comportamento humano, que carregam uma carga de *significações* que se opõem à sua transformação simples em *objetos*, ou seja, em esquemas abstratos lógica e matematicamente manipuláveis”. A ideia de redução dos fatos humanos a objetos manipuláveis é difícil por conta de sua complexidade e imprevisibilidade. Dessa forma, afirma Granger (1994, p.86), a *redução* dos fenômenos ou fatos sociais e humanos a esquemas abstratos deve ser substituída pela sua *representação* em “sistemas de conceitos”.

De forma bem diferente daquela apresentada por Sokal e Bricmont (2001), Granger cita Freud, Piaget, Durkheim, Saussure, Jakobson, entre outros, para ilustrar o problema levantado acima:

Freud: 'O resultado mais importante a que chegamos num tal prosseguimento conseqüente da análise é o seguinte: seja qual for o sintoma de que partimos, sempre, infalivelmente, chegamos à área da experiência sexual' (Sobre a etiologia da histeria, 1896, *Oeuvres complètes*, III, p.157).

Durkheim: 'Assim, se as crises industriais ou financeiras aumentam os suicídios, não é porque empobrecem, já que as crises de propriedade têm o mesmo resultado; é porque são crises, ou seja, perturbações da ordem coletiva' (*O suicídio*, 1897).

Saussure: 'A língua é um sistema cujas partes podem e devem, todas, ser consideradas em sua solidariedade sincrônica' (*Cours de linguistique générale*, 1916, p.127). (GRANGER, 1994, p.87-88).

Na análise, Granger (1994, p.88) constata que “[...] parte desses enunciados utiliza conceitos aparentemente tomados à experiência ordinária, sem grande elaboração específica, ao contrário do caso das ciências da natureza e das matemáticas”. Granger não desqualifica as disciplinas que atuam no cotidiano humano; ao contrário, identifica as limitações produzidas dentro de cadeias complexas de significações e juízos de valor típicos dos fatos e dos fenômenos humanos e sociais. Dessa maneira, a inserção de objetos de estudos em sistemas conceituais é necessária para a representação de fatos da realidade direta ou indiretamente relacionados à condição e sociedade humanas. Sobre a pergunta se “Devemos traçar fronteiras às ciências?”, Granger (1994, p.113. Grifos do autor) é enfático e diz “não”, pois,

[...] nenhuma razão derivada da natureza da ciência obriga a se delimitar seu campo de investigação. No entanto, nem toda espécie de fenômeno lhe é igualmente acessível. O obstáculo único, mas radical, me parece ser a realidade *individual* dos acontecimentos e dos seres. O conhecimento científico exerce-se plenamente quando pode *neutralizar* essa individuação, sem alterar gravemente seu objeto, como acontece em geral nas ciências da natureza. No caso dos fatos humanos, ela se empenha por envolver cada vez mais estreitamente o individual em redes de conceitos, sem esperar um dia poder atingi-lo. Este é o único sentido de uma limitação.

Em meados da década de 1930, Bachelard (2008) já apresentava uma crítica sobre as fronteiras epistemológicas, perguntando sobre a possibilidade de se estabelecer fronteiras ao pensamento científico. Para ele qualquer imposição de limites ao pensamento científico é uma espécie de “brutalidade” contra o próprio conhecimento e, além disso, qualquer tentativa de “[...] *traçar nitidamente uma fronteira já equivale a ultrapassá-la.*” (BACHELARD, 2008, p.71. Grifos do autor). Se o respeito rígido aos limites das fronteiras epistemológicas prestasse alguma contribuição ao desenvolvimento do saber, haveria “vestígios” de tal contribuição na dinâmica da cultura científica; pelo contrário, nas diversas facetas da história da ciência e do conhecimento as “[...] antigas fronteiras

são vistas apenas como marca do espírito acanhado, designam mais o erro que a verdade.” (BACHELARD, 2008, p.73). Quando Bachelard (2008, p.73-76. Grifos do autor) afirma que “[...] *o mundo oculto sob o fenômeno é mais claro que o mundo aparente.*”, que as “[...] mais surpreendentes verificações são as mais indiretas.” e que “As fronteiras opressoras são fronteiras ilusórias.” evidencia, talvez, que o discurso que defende fronteiras claras e fixas a alguma ciência acaba por limitá-la a um estado de desenvolvimento acrítico típico das ciências que desprezam outros saberes.

A discussão sobre as fronteiras entre as ciências e as “fronteiras conceituais” é certamente complexa. O que pode ser retido dessa discussão é que os domínios de pertinência dos conceitos devem ser definidos dentro de fronteiras, não significando, porém, que os campos do saber não se relacionam, ou seja, não ultrapassam as próprias fronteiras que estabelecem.

As obras de Santos (2005; 2004), “Um discurso sobre as ciências” e “Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado”, deixam claro que as ciências podem romper suas fronteiras, sendo, na realidade, uma necessidade a relação e a inter-relação entre os saberes. Sem limites rígidos, os conceitos podem “migrar” de uma disciplina para outra. É possível pensar que o efeito migratório seja parte constitutiva da inter ou transdisciplinaridade.

Migração conceitual

A “migração conceitual” se estabelece como norma de sobrevivência e de desenvolvimento para as disciplinas científicas em tempos interdisciplinares, ou seja, as áreas de conhecimento precisam que suas subáreas ou disciplinas mantenham, de forma produtiva, relações disciplinares com outras áreas de conhecimento. De maneira quase metafórica, Morin afirma que os conceitos precisam “viajar” e

[...] é melhor que viajem sabendo que viajam. É melhor que não viajem clandestinamente. É bom também que eles viajem sem serem percebidos pelos aduaneiros! De fato, a circulação clandestina dos conceitos ao menos permitiu às disciplinas respirar, se desobstruir. A ciência estaria totalmente atravancada se os conceitos não migrassem clandestinamente. (MORIN, 2005, p.117).

Migração conceitual refere-se a um deslocamento, a uma apropriação temporária, que não significa, necessariamente, uma *fixação*. Seria desnecessário dizer que o conhecimento, definido como científico ou não, acontece, também, na atmosfera de tais migrações. Por outro lado, alguns conceitos tendem a fixarem-se em disciplinas que não são as suas de origem. Esta é uma característica natural na *dinâmica* científica. Por exemplo, na Física o conceito de “dinâmica” está relacionado a um campo de estudos, bem diferente da acepção vulgar/comum usada acima. Em contextos ditos científicos pode-se encontrar o mesmo termo “dinâmica” relacionado à dinâmica social, dinâmica histórica, dinâmica informacional e assim por diante, porém, com definições mais específicas e não ocasionais como no discurso do senso comum. Porém, isto não significa que em contextos dominados pelo discurso científico não ocorram, também, usos ocasionais de determinados termos. Áreas como as Ciências Sociais e Humanas ilustram bem este fato, pois lidam com objetos extremamente complexos que não podem ser isolados de seus contextos, trazendo, também, dificuldades metodológicas e a necessidade de constante revisão de teorias e relações com outras disciplinas.

Da forma como foi exposta por Morin, a migração conceitual pode estar sujeita a críticas. Mas, parece ser um equívoco definir os conceitos, mesmo os conceitos científicos, como unívocos, determinados e fixos em domínios isolados. Primeiro, como afirma Fourez (1995, p.129), existem saltos interpretativos de paradigma para paradigma quando se procuram relações entre seus conceitos; e, segundo, “Os cientistas imaginam por vezes possuir conceitos precisos e univocamente determinados; estes não teriam significação se não fossem traduzíveis na experiência mais flexível do cotidiano.”, implicando um vínculo entre a “[...] linguagem do cotidiano e os conceitos científicos.” (FOUREZ, 1995, p.131-135).

Conceitos no campo epistemológico da Ciência da Informação

Na Ciência da Informação é corrente a discussão sobre a consolidação do campo

disciplinar. Nessas discussões, evidencia-se um aspecto importante: a dificuldade de fundamentar seu campo teórico em um sistema conceitual próprio.

Porém, a consolidação de um sistema de conceitos encontra sua maior dificuldade no próprio conceito “Ciência da Informação”. Geralmente, a tentativa em conceituá-lo reaviva, inevitavelmente, as teorias sobre a própria concepção de ciência e de informação.

Existe uma série de livros, artigos, teses e outros trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre o conceito de Ciência da Informação e suas mais variadas perspectivas, especialmente, tratando do conceito ciência e informação separadamente para depois reuni-los. Como exemplos estão: os livros de Robredo (2003) e Le Coadic (2004), sobre Ciência da Informação; o verbete de Wilden (2000), sobre informação; e o artigo de Capurro e Hjørland (2007), também sobre o conceito de informação.

Como outro exemplo de estudo dessa natureza, pode ser citada a pesquisa terminológica de Smit, Tálamo e Kobashi (2004) na qual foram analisadas as noções específicas, semi-elaboradas, tomadas de empréstimo, da experiência empírica comum e da terminologia de área da Ciência da Informação. Para as autoras a Ciência da Informação é uma ciência formada (ou em formação) em bases interdisciplinares que toma quadros nocionais de “[...] empréstimo de disciplinas tais como a Lógica, a Administração, a Linguística, a Teoria Geral dos Sistemas, a Psicologia, as Ciências da Computação, etc.”, o que revelaria uma “[...] inconsistência teórica, associando à área uma abordagem a-histórica” (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p.1). A Ciência da Informação se constituiria a partir de conceitos de outras áreas, dependendo das necessidades do objeto investigado, caracterizando-se por um “vazio” conceitual, preenchido “circunstancialmente”. Esse fenômeno é atribuído pelas autoras à ausência de um “corpo conceitual” consolidado.

Se não existe um corpo conceitual próprio da Ciência da Informação, a busca de soluções para os problemas da área é deslocada para outras disciplinas, levando à importação de conceitos, nem sempre apropriados. Usa-se “apropriados” no duplo sentido do termo, ou seja, nem sempre a Ciência da Informação se apropria de conceitos de outras áreas e lhes dá um sentido próprio, como nem sempre a apropriação é adequada.

O deslocamento conceitual desordenado e a falta de critérios na apropriação de conceitos

desencadeiam uma sequência de imprecisões terminológicas e, por extensão, o “retardamento teórico” da área. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p.3).

As autoras também identificam a dificuldade de se eliminar a ambiguidade da linguagem das Ciências Humanas e Sociais, pois,

Não se pode delas eliminar a contingência, o processo histórico e a realidade social; de modo geral a possibilidade de diversas interpretações, são em sua maioria baseadas num recurso à experiência. Neste contexto, próprio da controvérsia, a condição fundamental da lógica – a univocidade entre o termo e o conceito – não pode ser obtida. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p.5).

Porém, como também já alertou Galvão (1998, p.51), o ecletismo conceitual da área não pode ser um obstáculo (nem uma justificativa) para que uma linguagem especializada, própria da área, seja construída e consolidada. Nas palavras de Smit, Tálamo e Kobashi:

A autonomização da linguagem de especialidade, afastando-a da linguagem natural, constitui um pressuposto para a constituição de qualquer campo científico e, portanto, igualmente, para a constituição da Ciência da Informação. Dito ainda em outros termos, nenhum campo científico se impõe no ambiente da pesquisa acadêmica se não dispuser de uma linguagem própria, ou seja, de uma linguagem especializada. E, para cumprir a função de uma linguagem especializada, esta pressupõe, por sua vez, que os termos da mesma remetam a conceitos específicos, distintivos. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p.6).

Para Galvão (1998), formular conceitos é o caminho para romper “epistemologicamente” com o senso comum e aproximar-se da ciência. Da mesma forma, segundo Tálamo (2004, p.10), “[...] a ausência de uma estrutura conceitual não permite ir além do senso comum, ou seja, aceita-se o que existe tal como existe, ou ainda, aceita-se o que existe tal como enunciado pelo emissor”.

Quais poderiam ser as respostas para a pergunta: a Ciência da Informação tem um domínio científico estabelecido? Se a resposta contemplar a premissa de que domínios científicos têm por base um corpo conceitual estabelecido, conclui-se com Smit, Tálamo e Kobashi (2004) que a Ciência da Informação não tem esse domínio estabelecido. Se não há um corpo conceitual estabelecido, isto é, um domínio científico, como é possível falar de conhecimento científico da área? Ora, na ausência desses elementos, não parece ser possível falar de epistemologia e de paradigmas. As abordagens epistemológicas na área seriam melhor caracterizadas como abordagens hermenêuticas, pois, encontra-se conjuntos de textos e não, necessariamente, de conceitos.

Fundamentos, revoluções e rupturas epistemológicas, assim como paradigmas, são temas que só podem ser tratados em áreas com uma trajetória histórico-conceitual em torno de objetos, teorias e metodologias definidas e próprias. Como demonstraram Smit, Tálamo e Kobashi (2004, p.6-7), o histórico que começa com a Biblioteconomia, passa pela Documentação e chega à Ciência da Informação configura-se apenas como uma “[...] evolução no tempo, com o respectivo deslocamento de ênfase (do acervo para o acesso) [...]”. O histórico do conhecimento científico da área é composto por ênfases em procedimentos e não em *corpus* de conceitos, teorias e metodologias. Não por acaso, quando se remete aos estudos epistemológicos da área, eles aparecem caracterizados e fundamentados nas mais diversas disciplinas (na realidade fala-se mais dos conceitos dessas disciplinas do que propriamente da Ciência da Informação), numa tentativa de analisar vazios conceituais preenchidos circunstancialmente.

Em meados do século passado, Shera (1957), com base no historiador e filósofo da ciência Alfred North Whitehead, afirmava que não existem certezas na ciência, que elas são um “engodo”, uma “ilusão”, e que qualquer tratamento “[...] das doutrinas científicas é controlado pelos conceitos metafísicos da época em que foram produzidos. Qualquer conceito ou entidade é uma modificação de seu ambiente e não pode ser reproduzida fora dele” (SHERA, 1957, p.2). Por isso, pode-se entender que, quando um conceito de uma área é “apropriado” por outra, ele deve passar por um processo de re-significação. As migrações conceituais, o romper as fronteiras, a formação de um núcleo teórico e conceitual, seja qual for a nova situação de um conceito, devem ser *plenas*. Não há limites para os significados dos conceitos, nem para suas expressões, mas isso não significa que eles devam ser tomados de empréstimo ou criados sem rigor.

A permanência de um conceito ao longo da história ocorre, justamente, por meio daquilo que mais se teme, ou seja, a não-resistência a reformulações e, até mesmo, por meio de apropriações por outros campos do conhecimento, que acabam revitalizando um conceito já quase extinto em sua área de origem.

Analisando a história dos próprios conceitos da Ciência da Informação é possível identificar uma trajetória de reformulações e apropriações que, em diversas situações e momentos, mudaram sua ordem e conteúdo. Mas, nem sempre, como afirma Koyré (1991, p.16), as cronologias espirituais e astronômicas coincidem, cabendo considerar a

datação do “tempo histórico”, na perspectiva de Koselleck (2006, p.13), como um pressuposto e não uma determinação.

Considerações finais

Pretende-se dizer que, independentemente de suas culturas e de suas posturas científicas, existem aqueles que estão dispostos a ajudar no desenvolvimento do conhecimento. Por isso, há diferenças entre os tradicionalistas de fronteira com senso de propriedade e os relatores de carreira sem senso de responsabilidade. Isso implica que as relações entre ciência e filosofia vão além da crítica partidária, revitalizando e proporcionando novas abordagens.

Pensar e escrever sobre a ciência não é tarefa fácil. A facilidade, quando encontrada, torna o discurso vazio e fragmentário, abolindo-se a “originalidade” do próprio pensamento científico. Por outro lado, essa originalidade não pode ser confundida com uma suposta essência científica na qual se aloja a *verdade*. Extremos, nesse sentido, podem caracterizar a tomada de atitudes, procedimentos e discursos que, mesmo dominantes como modelos, acabam por afastar o próprio *espírito científico*.

A necessidade de pensar e de agir cientificamente deve ser tomada como um exercício de expansão do conhecimento. Por outro lado, as relações disciplinares não são de grande ajuda se não forem seguidas por estudos aprofundados. Muitas vezes, a melhor maneira de se *transgredir* uma fronteira é não sair do lugar. Talvez, em determinados momentos, a busca por teorias várias deve ser substituída pela reflexão demorada, filosófica e consciente da necessidade de uma autocrítica.

Como todas as ciências ou disciplinas “novas”, as relações disciplinares foram fundamentais para a constituição do chamado “arcabouço teórico” da Ciência da Informação. Por outro lado, a complexidade relacionada ao objeto informação não parou de crescer. Seu conceito tomou várias formas, das mais simplificadas às mais abrangentes possíveis. Outras ciências ou disciplinas “novas” também adotaram a informação como objeto de análise e algumas ciências ou disciplinas mais antigas re-definiram alguns dos fenômenos por elas analisados como fenômenos informacionais. Isto fez com que a dinâmica de análise em torno do conceito de informação não parasse de crescer.

O leque de relações entre a Ciência da Informação com outras disciplinas é abrangente e variado. A migração conceitual e a fixação e re-definição de alguns conceitos é inevitável e necessária. Tentativas de imprimir legitimidade científica a um corpo conceitual próprio da área serão realizadas inúmeras vezes e não serão isentas de críticas.

BIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston. Crítica preliminar do conceito de fronteira epistemológica. In: _____. **Estudos**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

BERLIN, Isaiah. El divorcio entre las ciencias y las humanidades. In: _____. **Contra la corriente**: ensayos sobre historia de las ideas. México: FCE, 2006.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Acesso em 03/09/2008. Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47>

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Unesp, 1995.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.1, p.46-52, jan./abr. 1998. Acesso em 02/10/2008. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/348/309>

GRANGER, Gilles Gaston. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Unesp, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. De Figueiras Gomes. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY-LEBLOND, Jean-Marc. O equívoco e o desprezo: imposturas intelectuais ou incultura científica? In: _____. **A velocidade da sombra**: nos limites da ciência. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arriscado. **Introdução: para ampliar o cânone da ciência:** a diversidade epistemológica do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v.4).

SHERA, Jesse Hauk. Padrão, estrutura e conceituação na classificação. Tradução de Hagar Espanha Gomes. 1957. Acesso em: 02/10/2005. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/biti/shera/index.htm>

SMIT, Johanna Wilhelmina; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; KOBASHI, Nair Yumiko. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.1, Fev. 2004. Acesso em 02/10/2008. Disponível em: http://dgz.org.br/fev04/F_I_art.htm

SNOW, Charles Percy. **As duas culturas e uma segunda leitura**. São Paulo: Edusp, 1995.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais:** o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **Datagramzero**, v.5, n.2, abr. 2004. Acesso em 11/08/2006. Disponível em: www.dg.org.br/abr04/Art_01.htm

WILDEN, Anthony. Informação. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Comunicação – Cognição**. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

Marivalde Moacir Francelin

Doutor em Ciência da Informação pela USP. Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da UFPE. mfrancelin@yahoo.com.br

Recebido em: 17/08/2010

Aceito para publicação em: dez/2010